

Volume 9, número 1: "Meio ambiente, territórios e Serviço Social: caminhos necessários à luta anticapitalista"
Montes Claros (MG). jan./jun. 2025. | ISSN 2527-1849

DEPENDÊNCIA E EXPROPRIAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: O BRASIL NA CADEIA IMPERIALISTA DO CAPITALISMO

DEPENDENCIA Y EXPROPIACIONES SOCIOAMBIENTALES: BRASIL EN LA CADENA IMPERIALISTA DEL CAPITALISMO

Ana Keuly Luz Bezerra¹
Francisco Alencar de Vasconcelos Neto²

Resumo: O presente artigo aborda o funcionamento do Estado diante das necessidades do capitalismo de acumulação e se particulariza no exame da dependência e da crise ecológica no Brasil. Trata-se de um trabalho de natureza teórica de base bibliográfica, com escolha intencional da literatura para atingir o objetivo que o guiou, cuja revisão consistiu em enumerar mecanismos recentes de expropriações capitalistas legitimadas pelo Estado. Adotou-se o método dialético da pesquisa e tem por objetivo central analisar as particularidades das expropriações socioambientais no Brasil enquanto economia dependente na cadeia imperialista do capitalismo; ou seja, em relação com a universalidade. Conclui-se que as formas atuais de expropriação capitalista estão na raiz da crise ecológica, a partir das categorias da dependência defendida por Osório (2014), de crise estrutural do capitalismo, descrita por Carcanholo (2008), e de "acumulação por espoliação", de Harvey (2004). Observou-se que, atualmente, mecanismos internacionais inclusivos de proteção ambiental foram incorporados pelo Brasil, por vias neoliberais, e se mantêm sob a hegemonia das necessidades de acumulação do capital.

Palavras-chave: Estado. Dependência. Capitalismo. Expropriação.

Resumen: Este artículo aborda el funcionamiento del Estado frente a las necesidades del capitalismo de acumulación y se centra en examinar la dependencia y la crisis ecológica en Brasil. Se trata de un trabajo de carácter teórico con base bibliográfica, con una elección intencionada de la literatura para lograr el objetivo que lo guió, cuya revisión consistió en enumerar mecanismos recientes de expropiaciones capitalistas legitimadas por el Estado. Se adoptó el método de investigación dialéctico y su objetivo central es analizar las particularidades de las expropiaciones socioambientales en Brasil como economía dependiente de la cadena imperialista del capitalismo; es decir, en relación con la universalidad. Se concluye que las formas actuales de expropiación capitalista están en la raíz de la crisis ecológica, basada en las categorías de dependencia descritas por Osório (2014), la crisis estructural del capitalismo,

¹ Administradora e Advogada. Graduação em Administração e em Direito. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Piauí. Docente do Instituto Federal do Piauí. ORCID: 0000-0002-6234-2474. E-mail: ana.bezerra@ufpi.edu.br.

² Sociólogo. Graduação em Ciências Sociais e em Direito. Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. ORCID: 0000-0003-3895-4574. E-mail: fcoalencar@hotmail.com.

descrita por Carcansholo (2008), y la "acumulación por expliación", de Harvey (2004). Se observó que, actualmente, mecanismos internacionales inclusivos para la protección ambiental fueron incorporados por Brasil, por medios neoliberales, y permanecen bajo la hegemonía de las necesidades de acumulación de capital.

Palabras clave: Estado. Dependencia. Capitalismo. Expropriación.

INTRODUÇÃO

O artigo aborda a forma predatória como o capitalismo se apropria permanentemente da soberania nacional, do povo e da natureza dos países dependentes. Os conceitos tomados para a discussão deste trabalho é o de Estado dependente, calcado por Jaime Osório (2014), em que predominam a superexploração do trabalho e a subsoberania regidas por um Estado, por vezes, autoritário. Além desse, o conceito de crise estrutural do capital, de Carcansholo (2008), tomado como uma lógica do capital que tem as expropriações e os países dependentes como elementos permanentes no funcionamento do capitalismo imperialista.

Nesse percurso, este trabalho adota também a ideia de Harvey (2004), que defende um novo ciclo capitalista em curso, denominado de "acumulação por espoliação". Esse processo ratifica a forma fraudulenta de ações conjuntas do Estado e do capital voltadas para a acumulação ampliada do capital financeiro. E ainda se debruça sob a diversidade de formas atuais de expropriações que são forjadas sob a hegemonia neoliberal e cortinadas pela ideia consensual de "Desenvolvimento Sustentável".

O redimensionamento internacional do capital por meio da concentração e centralização conduz a um novo mundo do trabalho, dos sujeitos internacionais e de atualizadas formas de acumulação e expropriação. Assim, este trabalho tem por objetivo analisar mecanismos recentes de expropriações socioambientais no Brasil enquanto economia dependente na cadeia imperialista do capitalismo. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa teórica de base bibliográfica, estruturada sob o método dialético (singular/particular e universal), partindo das estruturas históricas e fundantes do Estado capitalista no Brasil para as atuações atuais e particulares do Estado na política ambiental, com determinações estruturais com a universalidade capitalista, no seu modelo de acumulação por espoliação, financeirista e neoliberal.

Para a exposição dos resultados da pesquisa, o artigo foi dividido em duas seções principais: uma que discute a relação do capitalismo dependente com o capitalismo imperialista e sua fase atual de ampliação de expropriações de direitos e terras comuns (bens coletivos) e a segunda que problematiza as necessidades de acumulação e sua relação com o meio ambiente, especialmente, na atual fase do capitalismo predatório. Encerrou-se com as considerações finais.

ESTADO DEPENDENTE, IMPERIALISMO E EXPROPRIAÇÕES RENOVARADAS

A atividade teleológica do capitalismo é a reprodução do capital mediante a expropriação. A geração de excedente elevou a força de trabalho à condição de fonte da lucratividade e da acumulação de capitais. Com isso, a produção capitalista passou a ser guiada por meios violentos e legitimados pelo Estado. Mauriel (2018), com apoio das ideias marxianas, explica que o capitalismo se formou a partir do processo de acumulação, o qual separou o trabalhador dos seus meios de produção, tornando-o força de trabalho a ser vendida para a sua própria reprodução e a de sua família. Sob essas mesmas ideias, Fidelis (2024) destaca o uso da força de trabalho para a produção de mercadorias de valor como fator da transmutação da força de trabalho em mercadoria.

Trata-se de um fator histórico e axiomático, fundado em inovadoras formas de expropriações dos trabalhadores e da natureza, ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo. A forma paradoxal capitalista de sobrevivência tirou o homem da condição de escravo ou de servidão e o colocou perante o "trabalho livre" e contratual. Mauriel (2018) explica que esse processo não foi passivo e linear; ao contrário, foi movido pela acumulação primitiva que se deu via expropriações, espoliações de terras comuns, de colonização, de explorações e de criação do exército de reserva de força de trabalho para o capital.

Na formação do capitalismo, o segredo da acumulação primitiva estava na expropriação, que moldou forças de trabalhos livres e uma massa populacional não absorvida pelo capital. Esse modus operandi fortaleceu a complexa engrenagem capitalista. As expropriações construíram, desde a dissolução dos séquitos dos senhores feudais no século XIV até o clareamento das terras ameríndias e o extermínio dos

nativos, o Estado modelo capitalista (Muriel, 2018). Nesse sentido, Fidelis (2024) explica que a violência uniu umbilicalmente o capital ao Estado.

Esse Estado constituiu-se a partir de uma organização sistemática de expropriações e de concentração de riquezas sob a forma jurídica. Assim, até os dias atuais, o Estado mantém, reproduz e aprofunda as condições fundamentais da produção capitalista. Logo, Mauriel (2018, p. 240) explana que "(...) tomar terras e domínios de bens públicos, apoderar-se dos patrimônios privados e públicos devem ser vistos como práticas regulares das relações capitalistas e não só parte de um momento fundacional". No resgate histórico desse movimento, Harvey (2004) ilustra o conceito de "acumulação primitiva" e o papel do Estado no direcionamento capitalista:

Um exame mais detido da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla gama de processos. Estão ai a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como menos radicais de acumulação primitiva. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos" (Harvey, 2004, p. 121).

O monopólio da violência regula a expropriação como elemento produtivo. Esses mecanismos violentos do capitalismo recebem reforços do patriarcado, com a desvalorização do trabalho reproduutivo (Medeiros, 2023) e com o racismo, na precarização do trabalho dos pobres, dos negros e dos povos originários. O Estado permite o aumento do lucro e da acumulação em detrimento da taxa de salários dos trabalhadores. Fidelis (2024) enfatiza que essa regulação estatal aloca o trabalhador aos patamares mínimos de sua sobrevivência, e essa violência se transmuta, muitas vezes, em argumentos políticos, ideológicos e sociais.

Além da regulação dos trabalhadores, Mauriel (2018) esclarece que o Estado também surgiu para regular a massa dos expropriados enquanto superpopulação relativa. Essa regulação se deu com leis regulamentadoras das condições de trabalho, com princípios contrários ao não-trabalho e com regulação dos salários. Isso tudo

amalgamado com a aparente "liberdade de escolha" do contrato de trabalho, sendo "(...) justamente neste processo de 'livre' troca que ocorre o obscurecimento dos processos coercitivos e violentos que tornam possível a exploração, deixando apenas expressa a ficção da liberdade" (Mauriel, 2018, p. 250).

Esse obscurecimento é notado na dinâmica da cadeia imperialista do capitalismo. A articulação de engrenagens e de mecanismos de compensação da perda de valor das transações econômicas entre os países centrais e os periféricos faz com que alguns assumam "condição soberana e outros subsoberana, sendo estes subordinados ao imperialismo e às classes dominantes imperialistas" (Fidelis, 2024, p.54). As relações de dependências forjadas na divisão internacional do trabalho mostram que o Brasil – em toda a sua história, da colonização à instauração das relações sociais de produção capitalistas – teve relações determinantes com o imperialismo, seja o europeu ou o norte-americano.

Fidelis (2024) identifica que o imperialismo acumula formas bem-sucedidas do uso da força para a extração de sobretrabalho no Brasil, como a que ocorreu no regime militar, sob a falácia do desenvolvimento. Ao passo que defendiam o progresso material, implementavam política salarial, abertura comercial, incentivos ao setor privado e austeridade às demandas trabalhistas. Fidelis (2024) acrescenta que essas motivações econômicas, próprias da condição de dependência latino-americana, são estrutural e permanentemente ligadas à violência extraeconômica. Por isso, Assis (2014) assinala que a extinção do colonialismo histórico-político por meio da independência dos países latino-americanos não proporcionou a emancipação político-econômica e cultural da região, já que diversas formas de expressão da colonialidade rondam vivamente a América Latina.

Nesse sentido, basta analisar que todo o percurso de forjamento do capitalismo por meio de expropriações em terras europeias foi copiado e refeito na América colonial como fórmula da acumulação primitiva. Ianni (1978) explica que a condição para o trabalho livre no Brasil foi o fim da escravidão e a consequente regulação do trabalho assalariado. O surgimento da burguesia interna no Brasil esteve ligado à produção cafeeira, logo, a superexploração do trabalho precisou da violência do Estado.

Nessa fase de transição e regulação do trabalho contratual, Ianni (1978) aponta que a escravidão formou o operário brasileiro. Os camponeses tiveram que vender suas terras ou arrendá-las; os negros formaram o exército de reserva e o trabalho livre coube à imigração de mão-de-obra da Europa. Somente depois, no século XIX, o operário criou "as condições de transformação do escravo em operário" (Ianni, 1978, p.50). Essa formação social brasileira uniu-se à outras condições ideais para a função-posição de dependência do Estado brasileiro na cadeia imperialista mundial. Isso porque os Estados fundados a partir das colônias já estavam fadados à participação subordinada do desenvolvimento capitalista na cadeia imperial. São condições que Assis (2014, p.614) aponta como caracterizadores da colonialidade:

A construção das hierarquias raciais, de gênero e de modos de apropriação dos recursos naturais pode ser vista como simultânea e contemporânea à constituição de uma divisão internacional do trabalho e dos territórios, marcada por relações assimétricas entre economias céntricas e periféricas.

Esse funcionamento assimétrico da cadeia imperial ocorre por meio do capital, do Estado e da violência. Uma vez controlado pelos países centrais, o mercado transfere riquezas excedentes dos países dependentes, produzidas pela superexploração do trabalho (Mauriel, 2018), pela deterioração ecológica e pela expropriação dos recursos naturais, sem o devido cuidado com os impactos decorrentes da atividade exploratória dos países periféricos (Martins, 2011). Outra forma de violência é a extraeconômica, trazida por Fidelis (2024), como estrutural, embora não exclusiva, da condição de dependência da latino-americana. A autora pontua que a exploração e o controle da classe trabalhadora são atravessados pela questão de gênero e étnico-racial. Nesse azo, Medeiros (2023, p. 223) afirma que "o capital trata de se apropriar das relações de classe, gênero e raça como forma de acirrar as relações interpessoais". Um exemplo é o caso das trabalhadoras brasileiras, em que o cuidado e a reprodução da vida são naturalizados na divisão do trabalho como atividades pertencentes à condição feminina e, mediada pelo capital como não trabalho, o que degrada ainda mais a condição das mulheres (Medeiros, 2023).

Essas relações interpessoais, bem como a função-posição do Brasil de dependência tendem a se perpetuar ante o processo de acumulação do capitalismo

(Assis, 2014). Jaime Osório (2014), a partir de uma análise dos modelos de desenvolvimento econômico no Brasil, apregoou o quadro de subsoberania e de superexploração do trabalho como elementos-chave do Brasil dependente. São dois aspectos fortalecidos perante os mecanismos imperialistas: primeiro, pela favorável formação social do Brasil; segundo, pelas fieis alianças de classes às promessas estrangeiras de progresso material.

Osório (2014) explica que a política desenvolvimentista dos anos 1940-70, que defendeu a industrialização sob investimentos estatais, fez alianças do capital estrangeiro com as classes populares e com as burguesias internas. Com a crise dos anos 1970, essa burguesia aproveitou esses investimentos, debilitou o mercado interno e se inclinou para conquista do mercado externo. Isso aprofundou a relação de subordinação e restringiu a soberania nacional, exercida de forma desigual na cadeia capitalista mundial. Por isso, Mauriel (2018) aponta que esses projetos de industrialização que rondaram a América Latina apenas nos anos 1940 e 1970 nunca mais retornaram, restando às economias dependentes as instalações de "(...) segmentos produtivos de maior peso sobre o trabalho vivo e que exigem menor tecnologia e conhecimentos" (Mauriel, 2018, p. 259). Dessa forma, Osório (2014) aponta que o Estado utilizou meios coercitivos para internalizar tais ponderações imperialistas, promovendo debilidades estruturais do Estado e as condições para a superexploração do trabalho (Osório, 2014).

Carcanholo (2008) enriquece as causas dessas mudanças, ao discutir o aprofundamento da condição de dependência das economias dependentes ante a crise do padrão monetário dos anos 1970 e a decorrente perda de valorização do dólar. As crises no sistema capitalista foram motivadas pelas barreiras à superacumulação, que consistia na "contradição entre o caráter social da produção e a característica privada da apropriação capitalista" (Carcanholo, 2008, p. 249). Os constantes desequilíbrios entre a produção da mercadoria e a realização do valor produzido permitiram uma cíclica retomada da unidade pelo capitalismo. No enfrentamento à baixa lucratividade os anos 1970, Carcanholo (2008) revela a resposta do centro do sistema à crise em três aspectos: i) a redução dos salários; ii) a redução dos tributos sobre investimentos e iii) a ampliação da produção do excedente com o mesmo volume de capital aplicado. Dessa forma, a

desregulamentação, a abertura e a internacionalização das finanças aceleraram-se e atingiram seu auge nos anos 1990 (Carcanholo, 2008) no Brasil.

Osório (2014) enfatiza que essas medidas direcionaram a produção brasileira aos mercados externos, houve redução dos trabalhadores empregados e aumento do desemprego e do subemprego, bem como aumento da intensidade do trabalho e da jornada dos trabalhadores ativos, além de muita pobreza. Tratava-se de uma dinâmica capitalista particularizada às economias dependentes, com "estrutura produtiva orientada a ignorar as necessidades do grosso da população, a não integrar ou integrar apenas marginalmente essa população ao mercado e a redobrar os mecanismos de superexploração" (Osório, 2014, p. 219). Carcanholo (2008) explana ainda que as marcas desse período foram o neoliberalismo, a expansão do capital fictício e a transferência do excedente produzido nas economias periféricas para os centros, especialmente os Estados Unidos.

Nota-se que esses processos de espoliação são recentes e, todos, encabeçados pelo Estado, como explica David Harvey (2004):

Tal como no passado, o poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos. A devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças a anos de dura luta de classes (o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem-estar social, a um sistema nacional de cuidados médicos) ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal (Harvey, 2004, p.123).

Harvey (2004) descreve uma continuidade da acumulação capitalista por meio da violência sobre algo externo. Até mesmo em meio a cidadania e redemocratização no Brasil, o padrão exportador com orientações neoliberais em termos de política econômica exigiu forte intervenções sociais, trabalhistas e ambientais do Estado brasileiro. Para Osório (2014), esse novo projeto foi hegemonizado por uma fração burguesa fortalecida pelas vendas de ativos públicos a preços irrisórios, monopólica e associada ao capital estrangeiro, que mirava os mercados externos regionais, mas que precisava de um bom mercado interno. Nesse projeto, as economias dependentes eram responsáveis pelas fases de produção e montagem, enquanto "as economias imperialistas tenderam a monopolizar as fases de desenho, pesquisa, geração de conhecimentos, a

definição de políticas de marketing e de comercialização, bem como o controle de qualidade e eficiência" (Osório, 2014, p. 238).

Neste contexto, Osório (2014) atenta para as contradições inerentes ao papel do Estado, diante da busca de legitimação política e de consolidação econômica capitalista no Brasil ante as inspirações políticas da Constituição Federal de 1988:

Não deixa de chamar a atenção a aporia presente no processo visto em seu conjunto, conforme tem sido aqui analisado: enquanto no campo econômico-social se colocava em marcha intensos processos de espoliação, desapropriação, pauperização e exclusão, no terreno político se convocava para a inclusão sob o imaginário de uma sociedade em que os indivíduos-cidadãos tomariam as rédeas das decisões sobre a vida pública (Osório, 2014, p.243).

Concomitante a esse período de redemocratização no Brasil, a partir dos países centrais construiam-se processos de desvalorização dos movimentos sociais, principalmente os ligados aos trabalhadores. Harvey (2004) assinala que os movimentos da classe trabalhadora foram postos na defensiva a partir da crise de sobreacumulação de 1973. Santos e Carneiro (2008) explicam que houve uma descentração do movimento sindical, cuja inclusão de direitos passou a ser a pauta de diversos outros movimentos sociais. A intenção foi reduzir a capacidade desses movimentos, tornando-os menos apropriados e sucedidos. Esses efeitos foram obtidos ante "[...] a ascensão do capital financeiro, do comércio mais livre e do disciplinamento do Estado por fluxos suprafronteiras em mercados de capital liberalizados" (Harvey, 2004, p.141).

O papel do Estado enquanto amortizador das lutas sociais é substituído por um modelo de maior proximidade e relação com as ações coletivas ante o compartilhamento de novos valores, como os da cooperação, da participação e da democracia. Santos e Carneiro (2008) demonstram que essa aproximação pós-democratização é fruto de um processo progressivo e contínuo de legitimidade e confiança após o fim do Estado autoritário (regime militar). A aproximação do Estado na regulação de direitos, na negociação e no controle social por meio da cidadania permitiu a incorporação de pautas sociais na agenda governamental, como a criação de instituições ligadas aos movimentos ambientalistas e aos movimentos da economia solidária.

Essa relação permite a formação de uma rede complexa de sujeitos, de demandas, de valores e de objetivos diferentes inseridos nos mesmos espaços

disponibilizados pelo Estado. Assim, Santos e Carneiro (2008, p.07) colocam que esse "aumento de organizações como forma de descentramento da subjetividade coletiva e de complementariedade de suas funções mercantis" é produto do projeto hegemônico do capitalismo, logo, não é garantia de democracia.

Essas contradições sociais sinalizam, principalmente nas economias dependentes, a "apropriação do fundo de consumo e de vida dos trabalhadores para transferir ao fundo de acumulação do capital" (Mauriel, 2018, p. 254). Assim, as expropriações de condições básicas dos latino-americanos ganharam contornos mundiais e se assentaram na financeirização e na vocação imperialista do capitalismo (Mauriel, 2018). Os ajustes neoliberais dos anos 90 aprofundaram a dependência, numa reconfiguração das classes dominantes. As expropriações de bens públicos e comuns, as vendas de empresas públicas a baixo custo e o desmonte das políticas sociais são exemplos de desapropriações particulares das economias dependentes (Mauriel, 2018).

Esse e outros pontos de ajustes e corretivos com manifestações internas nos arranjos sociais, políticos e ideológicos dos países periféricos são os vetores da condição de dependência. Isso condiciona uma economia pelo desenvolvimento e expansão de outra (Carcanholo, 2008). As expropriações históricas e estruturais dessa relação ocorreram com a remessa de excedentes dos países periféricos ao centro, seja por empréstimos de capitais, por perda nos termos de troca e por altas taxas de juros para o fornecimento de crédito (Carcanholo, 2008). Fidelis (2024) elucida, inclusive, que a aliança da burguesia nacional com o capital financeiro imperialista, ante o vácuo deixado pela doutrina da segurança nacional e pela exclusividade da defesa do território, fez as forças armadas se inclinarem, atualmente, ao incremento do poder bélico e ao projeto subimperialista do Brasil na América Latina.

É a lógica da evasão de divisas, motivada por um círculo vicioso de endividamento externo e interno dos processos financeiros que orbitam a dívida pública (Mauriel, 2018). Para Carcanholo (2008), trata-se de uma condição de dependência estrutural do capitalismo. Essa é a lógica de acumulação mundial, que tem reflexos na distribuição regressiva de renda e riqueza e na agudização dos problemas sociais. Outro ponto grave da dependência é a contundente afirmação de Carcanholo (2008) sobre a

superexploração da força de trabalho como a única forma de acumulação de capital interno. Abaixo, Osório (2014) ratifica essa condição de perdas pelo trabalhador:

Na base desses processos se situam as grandes transformações econômicas que no mundo dependente implicaram na agudização da exploração, da exclusão, da expropriação e em geral dos mecanismos que colocam a vida dos trabalhadores em questão, exacerbando as injúrias e a rebeldia. Acabaram com as proteções sociais que davam coesão a um precário sentido de comunidade e deixaram poucos espaços para que as novas formas de legitimação – agora de cidadãos e consumidores – alcançassem patamares estáveis de funcionamento (Osório, 2014, p. 269-270).

Além da redução de proteção ao trabalhador e das condições de superexploração do trabalho, Mauriel (2018) acrescenta outras formas mais atualizadas de expropriações e David Harvey (2004) também se aprimora nesse fito, ao mencionar a continuidade de meios predatórios para acumulação sobre diversos formatos. É o que se ver a seguir, com foco na questão ambiental.

MECANISMOS DE ACUMULAÇÃO ATUAIS E O MEIO AMBIENTE

Antes da imersão sobre a atualização dos meios expropriatórios e fraudulentos do Estado e do mercado sobre coisas externas e internas ao capitalismo, cabe a percepção sobre as promessas do neoliberalismo ao Brasil: não houve crescimento econômico nem autonomia. Carcanholo (2008) afirma que sob a batuta do Consenso de Washington, o neoliberalismo centrou-se na estabilização macroeconômica, em reformas estruturais, na abertura econômica, na desregulamentação financeira, nas privatizações e na liberalização de preços. Para o Brasil, o neoliberalismo trouxe o aprofundamento da dependência, a estagnação, a instabilidade e crise econômica.

Essa percepção exposta por Carcanholo (2008) lança bases sobre o aumento dos níveis de desigualdade social e de crises crônicas de sobreacumulação, que Harvey (2004) disse ser consequências de um constante e contínuo movimento necessário ao capitalismo. Nesse aspecto, há uma atualização de formas e fórmulas predatórias de "acumulação por espoliação ou despossessão" (Harvey, 2004) inerente à lógica capitalista.

Mauriel (2018) diz que as expulsões dos povos e comunidades tradicionais para favorecimento de frações da burguesia interna ligadas ao agronegócio é uma delas.

Carcanholo (2008) leciona que a lógica do capital fictício cada vez mais abrangente de apropriação do excedente das economias dependentes seria outra. Silva (2010) pontua as incertezas das operações com créditos de carbono. Harvey (2004) está convencido da modalidade de uma continuidade atualizada da "acumulação primitiva" por "despossessão". E afirma: "como parece estranho qualificar de 'primitivo' ou 'original' um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de 'acumulação por espoliação'" (Harvey, 2004, p.121).

Destarte, Harvey (2004, p.123) em um rol exemplificativo, ilustra esse conceito de "acumulação por espoliação":

Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações - tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo.

Nesse contexto, Mauriel (2018) apresenta a continuidade, a atualização e a diversidade de formas de expropriações e explorações como lógica mundial de acumulação capitalista no contexto contemporâneo. No mesmo sentido, Silva (2010) pontua a prevalência de interesses particularistas no processo de apropriação e uso dos recursos ambientais. E consequentemente, as economias dependentes tornam-se as mais vulneráveis a esses meios predatórios oriundos dos países centrais. Carcanholo (2008) afirma que a abrangente apropriação do excedente das economias dependentes pelo capital fictício amplia a tendência cíclica e as potencialidades das crises. Isso diminui as resistências desses países a essas implicações externas e torna essas economias periféricas mais suscetíveis aos corretivos do centro.

Além dessa fragilidade, outra particularidade das expropriações nas economias dependentes é a superexploração do trabalhador. Martins (2011) enfatiza o conceito de superexploração da força de trabalho nos países periféricos sob três pilares. Esse tripé consiste no aumento da jornada de trabalho, na maior intensidade de trabalho e na redução do fundo de consumo do trabalhador. E com o componente tecnológico no capital produtivo, a dependência ganha caráter sistemático com o fornecimento de

materiais dos países dependentes para a especialização do centro e com a redefinição da integração realizada pelo centro. Como consequência, os países dependentes recorrem à superexploração do trabalho.

"É importante frisar que no capitalismo as formas de opressão, exploração e precarização do trabalho se dão de forma seletiva e apresentam particularidades quanto analisamos sob os enfoques de classes, raça/etnia e gênero" (Medeiros, 2023, p.220). Nesse aspecto, pontos de dominação e exploração intensos recaem sobre as mulheres. Medeiros (2023) enfatiza que a naturalização secular do patriarcado produzido pelo capitalismo agrava a superexploração das trabalhadoras, pois enquanto valoriza o trabalho produtivo associado aos homens, desconsidera como trabalho a função reprodutiva, o que torna os espaços e os contextos femininos ainda mais precarizados na América Latina, contribuindo, assim, para o barateamento da força de trabalho.

Carcanholo (2008) acentua que a condição de dependência e exploração da força de trabalho dos países periféricos segue intocável, apesar de reformas de caráter capitalista que não trespassam as políticas compensatórias. Percebe-se, nesse quadro, processos societários que afetam a condição de dependência e subordinação das economias periféricas com superexploração dos trabalhadores, "apagamento do princípio da universalidade" (Mauriel, 2018, p. 234) das políticas sociais, regulação do valor da força de trabalho a baixo custo por meio de ações estatais, manutenção de uma população supérflua governada pelas necessidades e ritmos do capital, além de perdas de direitos, que se traduzem na atualizada relação exploração-expropriação.

Nota-se que esses processos de subordinação econômica, política, cultural e ideológica ainda são explicados pela teoria da dependência dos anos 90 e que, atualmente, segundo Assis (2014), consegue explicar a dominação transfronteiriça do mercado, a preponderância do poder econômico sobre o político e a configuração de uma relação centro-periferia ubíqua, e não exclusivamente geográfica. Ainda se observa que "o avanço transfronteiriço dos capitais tem desencadeado uma apropriação privada dos recursos naturais territorializados em países tidos como atrasados" (Assis, 2014, p.621).

Essa dominação transfronteiriça é responsável até pela reconfiguração das forças armadas pós-redemocratização no Brasil. Fidelis (2024, p.58), ao explanar o militarismo

a serviço do capital, defende que "desde o período colonial até os dias de hoje, as forças armadas (como cume do monopólio da violência do Estado burguês) exercem funções bélicas ou não, visando garantir os processos de dominação e de expansão do domínio do capital". Nesse sentido, o colonialismo primordial à acumulação primitiva não desapareceu com a descolonização (Assis, 2014). A dimensão constitutiva do capitalismo europeu ainda ronda a América Latina em discursos autoritários, como os do desenvolvimento e os da globalização, e em atividades de transferência de valor no mercado mundial. O Brasil, em consequência, exerce sobre os demais países latino-americanos a função-posição do subimperialismo, na busca de compensação dessa condição.

Fidelis (2024) apresenta o projeto de subimperialismo do Brasil movido pelo processo de financeirização nas relações das forças armadas com as forças burguesas na reprodução do capital. A autora explica que o atual projeto, o financeiro-neoliberal, promove uma reconfiguração nos aparelhos do projeto anterior, o nacional-desenvolvimentista, e, na busca de reencontrar suas funções, muitas instituições se autonomizam. Nessa busca, as forças armadas forçam o projeto de militarização e o fortalecimento da indústria bélica na América Latina, apresentando necessidades de aumento das verbas para a defesa, para o consumo de bens suntuários por instituições militares e, consequentemente, para reprodução do capital financeiro.

Percebe-se que o capitalismo, independente do projeto econômico imposto pelos países centrais à América Latina, reconfigura instituições, ideologias e mercadorias em prol da reprodução do capital financeiro, além de legitimar a expropriação de recursos naturais. Assis (2014, p. 616) ilustra essas expropriações dos recursos naturais na atualidade:

(...) a extração de riquezas naturais; discurso da disponibilidade de terras vazias, degradadas e inexploradas; necessidade de tornar o território economicamente produtivo; criação da ideia-força de que o progresso e o crescimento econômico se atrelam à extração de riquezas naturais; conciliação e harmonia entre exploração capitalista da natureza e preservação ambiental; e integração dos produtos primários à economia global como forma de pavimentar o caminho para a era moderna.

Martins (2011) esclarece que essa expropriação que se aprofunda na América Latina, atualmente, também se expande nos países centrais, por meio das empresas globais que desviam a concorrência em base nacional para o mercado mundial. Sobre isso, Martins (2011) explica que, como as empresas globais assumiram o centro da economia mundial, a inovação tecnológica foi concentrada nesses monopólios e, hoje, reproduzem e integram padrões de superexploração ao mercado internacional. Essas expropriações impactam o trabalho e a vida do trabalhador ante o redimensionamento internacional do capital, por meio da concentração e centralização do capital.

Nessa esteira, percebe-se que a exploração atual do capitalismo não é administrada sob uma lógica exclusivamente geográfica, mas age, segundo Mauriel (2018), por processos de subordinação novos e perenes ante a atuação hegemônica do rentismo e da dominância financeira. Mauriel (2018) aponta engrenagens produzidas, violentas, lucrativas para a reprodução e acumulação do capital como algo inédito na história e que desafia a relação homem e natureza. Nesse aspecto, Mauriel (2018) enfatiza a fortaleza e o aprimoramento dos mecanismos de acumulação atuais sobre territórios não-capitalistas, bens culturais e até sobre recursos naturais não mercantis:

O uso do território e de seus recursos naturais (água, energia, minerais etc.) até exauri-los, a apropriação do espaço urbano, a mercadorização das formas culturais, históricas e da criatividade intelectual (por meio de patentes e ênfase nos direitos de propriedade intelectual), a expropriação do patrimônio público por meio das privatizações, a regressão dos estatutos de proteção ao trabalho e a degradação dos direitos de bem-estar são mecanismos de expropriação presentes hoje, sustentados pelos Estados e apoiados por organismos internacionais (Mauriel, 2018, p. 243).

Observa-se, em todos os mecanismos descritos acima, a exitosa afirmação de Harvey (2004) sobre a constituição do ímpeto geral da lógica capitalista: a contínua abertura comercial dos países periféricos torna possível a expropriação. Assim, funciona a "acumulação por espoliação", típica das economias dependentes. É nessa forma predatória de apropriação que se fundamenta o "novo imperialismo" (Harvey, 2004). Martins (2011) ratifica que essas inovadoras expropriações são progressivas conquistas da internacionalização dos mercados e capitais e da reestruturação dos padrões mundiais de acumulação capitalistas, cujos países centrais conservaram o monopólio de

investigação e pesquisa e descentralizaram os processos produtivos. Esse tratamento facilitou a prática da espoliação e se enquadrou na ética neoliberal.

O que ocorre no padrão neoliberal é que uma parte da indústria se articula ao mercado internacional em detrimento da que se volta para o mercado interno da região. Os segmentos de bens de capital que haviam se estabelecido, em parte, sob a pretensão de integrar os mercados nacionais e regionais são sucateados pela concorrência internacional. Esses processos geram déficits comerciais e o recurso à superexploração para equilibrar o balanço de pagamentos (Martins, 2011, p. 334).

O que Martins (2011) explica é o aprofundamento da dependência tecnológica e da precarização do trabalho pela descentralização do processo produtivo, pois ao passo que gera maior produtividade, desencadeia desemprego na América Latina. Mauriel (2018) aprofunda essa ideia, ao mencionar que esse quadro de expropriações contemporâneas se agrava com a permanência das economias dependentes no fornecimento de matérias-primas e de alimentos para os processos interimperialistas. Isso intensifica a mais-valia relativa e contribui ainda mais para o aumento da superpopulação relativa mundial.

Mauriel (2018) pontua que os agravamentos das condições sociais e da deterioração ambiental são meios de existência do capitalismo, que soam aos trabalhadores como transações mercantis compensatórias e entre equivalentes, utilizando-se de vínculos jurídicos e de políticas públicas regressivas e/ou repressivas. Por isso, esses meios são aptos a se regenerarem diante de novas crises e fazem parte de um processo variado e complexo. Não se trata apenas de perda de propriedade de meios de produção, mas de diversas dimensões da vida, como o meio ambiente, os direitos tradicionais, as terras comunais, costumes, conhecimentos, direitos trabalhistas etc.

As expropriações contemporâneas incidem sobre as matérias-primas estratégicas geridas por Estados que possuem o controle direto do petróleo, por exemplo, alcançando não só o meio ambiente (recursos naturais, como água e o ar) e a biodiversidade, mas chegam aos conhecimentos sobre técnicas diversas, desde formas de cultivo até formas de tratamento de saúde utilizadas por povos tradicionais, por meio do patenteamento de códigos genéticos ou pela mercadorização do patrimônio histórico e cultural para fins turísticos, por exemplo (Mauriel, 2018, p.247).

Essas séries de novas expropriações configuram um novo mundo do trabalho, com aumento do exército de reserva, com grande propriedade concentrada, com desmonte

dos mecanismos de proteção social e acumulação via financeirização, principalmente, nas economias dependentes (Mauriel, 2018). Martins (2011) esclarece que essa integração dependente da América Latina no desenvolvimento capitalista mundial tende a gerar uma deterioração ecológica da região.

Uma das tendências que a integração dependente da América Latina desenvolve é a deterioração ecológica da região. Essa deterioração se traduz num uso econômico e social dos ecossistemas que estabelece níveis de utilização dos recursos naturais renováveis superiores à sua regeneração ecológica, significando um processo de supereexploração dos ecossistemas. As principais causas da supereexploração ecológica estão na marginalização social, econômica e cultura de amplas camadas da população de uma determinada região, que tem seu ecossistema utilizado segundo as necessidades de outra região, descuidando dos mecanismos de seu equilíbrio interno (Martins, 2011, p.388).

Trata-se da relação homem e natureza, que se particulariza ante a condição internacional capitalista, em que o consumo se dar em condições alheias à "incorporação de insumos imateriais - ligados à cultura, ao lazer, à ciência, à arte e à estética" (Martins, 2011, p.339), à preservação e diversidade dos ecossistemas e à inclusão de populações locais ao desenvolvimento científico e educacional. Harvey (2004) explica que a expansão geográfica do capitalismo agudiza a exploração do meio ambiente, sem preocupação com os impactos socioambientais deixados nos espaços e dos recursos antes não mercantilizados. A acumulação por meio do imperialismo mercadifica por atacado a natureza, na intenção de declinar os custos desses insumos (territórios não-capitalistas, terras de baixo custo, água, matérias-primas baratas). Fazem isso mediante uma escalada de "destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto, formas capital-intensivas de produção agrícola" (Harvey, 2004, p. 123).

Ante este caos, o Estado é escudo do capitalismo contra o colapso geral. "Uma das principais funções das intervenções do Estado e das instituições internacionais é orquestrar desvalorizações para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral" (Harvey, 2004, p. 126). O Estado é o mantenedor estrutural e permanente dos discursos autoritários de um padrão civilizatório orientado pelos países centrais em favor da acumulação capitalista (Assis, 2014). É nesse viés que Silva (2010) aborda o termo e as práticas do "Desenvolvimento Sustentável". O termo nasceu no seio de organizações internacionais, em 1987, com o Relatório de Brandtland,

e se configura numa "pseudounanimidade", em inseguranças quanto à efetividade, ao alcance e ao tempo que rege. Trata-se de uma estratégia fundada por agências multilaterais e propalada por intelectuais orgânicos do capital que se traduzem num "conjunto de iniciativas que se objetivam nacional e localmente, tanto nas práticas governamentais quanto nas ações da chamada sociedade civil" (Silva, 2010, p.143), suscitada pela necessidade de manutenção do capitalismo.

Silva (2010) clarifica essa estratégia como fruto dos fortes ventos neoliberais dos anos 80 e na construção de um "consenso" transformador dos impactos ambientais em objetos mercantis e das demandas ambientalistas em "poderosos instrumentos de legitimação social" (Silva, 2010, p. 142). Tudo isso, sem rompimento com a cadeia imperialista e sem o afugentamento de sujeitos sociais de natureza diversas; ao contrário, com um aparente consenso acerca da questão ambiental.

Nessa toada, os países centrais edificam mecanismos predatórios e fraudulentos de contínua acumulação em torno da dependência e de temas ambientais:

(...) o capital mantém confinadas aos interesses de sua reprodução as estratégias no campo das alternativas energéticas, ainda que se coloque em risco a vida planetária; mas, converte as sequelas da industrialização e principal vilão do aquecimento global - os gases do efeito estufa - em objeto de transação mercantil, os chamados créditos de carbono. Através deste mecanismo, os países industrializados investem em projetos para reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa nos países periféricos, sendo assim autorizados a estourar sua própria cota de poluição (Silva, 2010, p. 11).

O trecho acima pontua o que Harvey (2004) intitulou de "acumulação por espoliação", ou seja, as operações financeiras envolvendo créditos de carbono são mecanismos internacionais de continuidade expropriatória do capitalismo. São respostas dos países imperialistas para o aquecimento global, sem atingir a obsolescência programada. Silva (2010) alerta que as mudanças climáticas agravam as situações nos países periféricos e, nessa esteira, esse mecanismo de efeito incerto e duvidoso foi criado e prometido aos países pobres como marketing e arrefecimento dos reclames ambientalistas.

Segundo Silva (2010, p.112), essas operações permitem "que um dado ecossistema seja prejudicado para favorecer a exploração comercial do outro". Assim, a dependência promove deterioração ecológica e insustentabilidade social, além do quadro de

subsoberania e de vulnerabilidades às crises econômicas. A pauta ambiental no Brasil foi incorporada paralelamente às reformas neoliberais dos anos 90 e, consequentemente, constituiu-se em uma gestão ambiental pública parcial e fragmentada, como assevera Silva (2010):

[...] verifica-se (...), um duplo movimento, por um lado, a subscrição da agenda de reformas liberais nos anos 1990 como inevitáveis e imprescindíveis à criação de uma ambivalência favorável à plena expansão das potencialidades do país e, por outro, a incorporação na agenda do desenvolvimento das pautas ambientalistas (Silva, 2010, p. 186).

Silva (2010) alerta que, além da gestão pública ambiental que tem o Estado como importante agente regulatório do uso e das apropriações dos recursos naturais, "agora as empresas passam a incorporar a dimensão ambiental como mediação do processo produtivo, adotando as chamadas 'práticas sustentáveis'" (Silva, 2010, p. 123, grifo do autor). E esse intergerenciamento das políticas ambientais é tenso e polemiza os limites da legislação e os organismos fiscalizadores em nome de maior liberdade ao capital.

No caso brasileiro, há uma tênue linha que separa o campo da gestão ambiental entre o público e o privado, de modo que a garantia da participação nesses processos soa autoritária e objetiva, já que isso também favorece a pluralização das lutas sociais. Sob os ventos neoliberais, "a participação é vista nesse modelo apenas como um modo de gestão e não mais como um "direito a ter direitos", um direito a auto-organização e autodeterminação" (Santos; Carneiro, 2008, p.04).

O meio ambiente se desmembra de outras lutas sociais e favorece a multidiferenciação de identidades. Esse processo é a construção hegemônica de um sujeito plural, por meio da lógica da democracia e do reconhecimento das diferenças. Alternativas ao capitalismo surgem como avanços sociais, a exemplo dos estudos pós-coloniais e dos movimentos de economia solidária que, segundo Santos e Carneiro (2008), pouco comprometem os mecanismos expropriatórios. Todavia, esses autores enfatizam a necessidade de incorporar essas lutas particulares às lutas mais gerais e históricas para a superação das expropriações estruturais, renovadas e permanentes do capitalismo, e não o fortalecimento do capital e das desigualdades sociais que, contraditoriamente, produz (Santos; Carneiro, 2008).

A questão ambiental é, portanto, um campo complexo que contribui para a reprodução e acumulação do capital, quando guiada pelos mecanismos expropriatórios do capitalismo. Esse complexo acaba por infiltrar-se nas relações sociais sob princípios consensuais, universais e democráticos nos discursos do Estado, na gestão governamental e empresariais, bem como nos discursos autoritários de civilização, como o do desenvolvimento sustentável, que pode escamotear modos de violência diversos. Ressalta-se que no Brasil o colonialismo permanente tem na institucionalização da dependência a perfeita relação entre expropriação, capital e Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na economia mais fortalecida da América Latina, a exploração e a expropriação típicas da acumulação capitalista intensificam-se e se difundem sobre contingentes cada vez maiores de pessoas, em diversas estruturas estatais (como a ressignificação de instituições a cada modelo econômico de desenvolvimento), em territórios não-capitalistas, em técnicas de saúde dos povos tradicionais, em patrimônios culturais e em recursos naturais, até então, não-mercantis, bem como sobre a biodiversidade. Essas superexplorações, tanto da força humana de trabalho como dos recursos da natureza, são intensas, predatórias, contínuas e fraudulentas nas condições de dependência que o Brasil vive dentro do sistema capitalista.

São, inclusive, aprofundadas pela específica formação social brasileira, que tem suas bases na colonialidade, no patriarcado e no racismo. A estrutural e permanente condição de dependência do Brasil estabelece formas de expropriações da força de trabalho e dos recursos naturais que as ações coletivas de resistência, como os movimentos ambientalistas e os da economia solidária, soam insuficientes para comprometer a dinâmica da economia hegemônica.

As formas atualizadas de acumulação desse sistema imperialista apresentam-se de forma violenta sobre o meio ambiente. Há um descuido dos impactos ambientais e um crescente investimento dos países centrais no controle e apropriação dos recursos naturais dos países periféricos. A racionalidade neoliberal agudiza a deterioração ecológica, ao pregar vetores administrativos e comportamentais que afugentam a

responsabilidade estatal dos problemas sociais, desencadeando as precariedades do trabalho, a subsoberania e a deterioração ecológica.

Com isso, há separação das políticas sociais da proteção social e o aprofundamento das expropriações redobradas na desconsideração da função reprodutiva das mulheres no mercado de trabalho. Ademais, há a desvalorização, desintegração e criminalização dos movimentos sociais, o que não impediu a aproximação do Estado e a institucionalização desses movimentos sociais, como os da economia solidária e os da questão ambiental. A privatização de recursos naturais e a reprimarização das exportações conformam-se com a dependência do Brasil sob o modelo agro-minero-exportador na cadeia imperialista. O incentivo ao consumo suntuário e a imitação dos padrões imperialistas são absorvidos pela construção de uma política subimperialista do Brasil na América Latina, inclusive, com aliança das forças armadas com o capital financeiro internacional.

A descentralização dos processos produtivos poluidores e operações financeiras duvidosas com os créditos de carbono e os investimentos em tecnologia de energias "limpas" são outras formas de expropriações do capitalismo na América Latina. A colonialidade na apropriação da natureza e os discursos autoritários do padrão civilizatório escamoteiam e obscurecem relações de dominação, de violência e de expropriação, conforme já ocorreu com os mecanismos de civilização, de modernização, de desenvolvimento, de globalização e, mais recentemente, com o discurso do "Desenvolvimento Sustentável".

Essas formas predatórias legitimam-se internamente e arrefecem manifestações antiglobalizantes e ambientalistas ante os tradicionais mecanismos liberais do Estado burguês, como a democracia, a representatividade e o progresso material. Como o Estado é o escudo do colapso geral, o gestor da política econômica, social e ambiental, além, do intermediário externo necessário à continuidade das expropriações capitalistas, as expropriações atuais renovam-se sob esse auxílio. O Estado regula as condições de trabalho e legitima a superexploração, assim como faz com a expropriação dos recursos naturais e os conhecimentos de povos tradicionais. O que ressurge, nesse caso, é um discurso novo e autoritário denominado "Desenvolvimento Sustentável", assegurado sobre elementos de justiça social, de equilíbrio ambiental e de prosperidade econômica, ou

seja, é a nova estratégia capitalista internacional criada para permitir as expropriações capitalistas sob novos métodos e velhos princípios.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Wendell Fischer Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Caderno CRH*. V.27. n.72. p.613-624. set/dez. 2014.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.

FIDELIS, Thays. Acumulação capitalista e violência: o modus operandi nos países dependentes. *Serviço Social em Perspectiva*, Montes Claros (MG), v. 8, n. 2, jul./dez. 2024.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. Hucitec: São Paulo, 1978.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAURIEL, Ana Paula. Estado e expropriação no capitalismo dependente. In: BOSCHETTI, Ivanete. (org.) *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

MEDEIROS, Priscilla Brandão. Expropriação em tempos de capitalismo: o trabalho reprodutivo e o impacto na vida das mulheres. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, p. 205-227, jan./jun. 2023.

OSÓRIO, Jaime. *O estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. Editora outras expressões. São Paulo, 2014.

SANTOS, Aline Mendonça; CARNEIRO, Vanderson Gonçalves. O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade. *Revista e-cadernos CES*, fev. 2008.